



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1010613-23.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Produção Antecipada de Provas - Provas**
 Requerente: **Rosangela S G Mendes**
 Requerido: **Finamax S/A Crédito Financiamento e Investimento**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

Cuida-se de ação de produção antecipada de provas que **Rosangela S G Mendes** ajuizou em face de **Finamax S/A Crédito Financiamento e Investimento** pretendendo a exibição do contrato em virtude do qual teve o nome negativado, para averiguação da origem do suposto débito, dos encargos moratórios embutidos e verificação da regularidade da inscrição de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.

Com a inicial, vieram documentos (fls. 22/26).

A hipótese é de carência de ação por falta de interesse de agir.

Explico:

O Colendo Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, pacificou a controvérsia sobre os requisitos para o ajuizamento de medida cautelar de exibição de documentos, a saber:

“PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. PEDIDO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

PRÉVIO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. NECESSIDADE.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC, firma-se a seguinte tese: A propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária.

2. No caso concreto, recurso especial provido” (REsp. 1.349.453-MS, Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, j: em 10/12/14 e DJe: 02/02/15).

Esse entendimento foi estendido para todos os tipos de ação, por decisões posteriores daquela Corte Suprema.

No caso em tela, não foi comprovado o pagamento administrativo do custo do serviço, consistente no fornecimento do documento, não constou do documento a assinatura do autor, e, ainda, não houve comprovação de que houve solicitação para que a documentação fosse encaminhada ao endereço do autor, mesmo tendo sido dada oportunidade à parte, em emenda à inicial, para fazê-lo.

Em caso análogo, de pleito de obrigação de fazer/exibição de documentos em face de pessoa jurídica decidiu a Superior Instância: Ação de obrigação de fazer. Exibição de documentos. Processo extinto sem resolução do mérito. Ausência de comprovação do esgotamento da via administrativa. Posicionamento modificado em virtude de recente julgado do STJ. Resp 1.349.453/MS. Na pretensão de exibição de documentos, o interesse de agir



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

depende da prova de demonstração de esgotamento da via administrativa. Constatação do abuso do direito de demandar. Falta de interesse de agir bem reconhecida. Sentença mantida. Recurso impróvido.

Confira-se trechos daquele Acórdão: "A pseudo notificação extrajudicial encaminhada à parte ré indica modificação do endereço do autor e pede que a documentação seja encaminhada a outro local, sem nenhuma justificativa para tal procedimento, razão pela qual a ré não estava obrigada a encaminhar documento comum para endereço distinto daquele onde o próprio notificante disse residir, já que configuraria quebra de sigilo de dados".

"Assim, não tendo o autor comprovado o esgotamento de todos os meios cabíveis para a obtenção dos documentos desejados, agiu incorretamente o magistrado ao extinguir o feito sem resolução do mérito. E há de se reconhecer o abuso do direito de demandar. É necessário pontuar que milhares e ações de exibição de documento estão sendo propostas sem embasamento legal, em todas as Comarcas do Estado, o que demonstra claro abuso do direito do consumidor. Como bem anotado pelo Des. Soares Levada: 'Na verdade, o que se tem aqui é uma inicial imprecisa, genérica e que serve para centenas de outras demandas iguais. De nada adiantarão novos códigos, novos conceitos, ideais, etc., enquanto for tolerado esse tipo de abuso no direito de demandar, como se disse abarrotando o judiciário, por meio de peças padronizadas e sem base fática específica e concreta. E não é pouco relevante a observação do Juízo monocrático de que, somente em sua Vara, aponta o sistema de distribuição de feitos a existência de outras sete ações de exibição de documentos, indicando contratos e débitos diversos; resta clara a utilização do Judiciário para a obtenção de vantagens financeiras



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

eventuais, o que é conduta processual abusiva e deve ser coibida com rigor'.
 (Apelação nº 1027381-90.2015.8.26.0114, da 34ª Câmara)".

Ainda: RECURSO – Apelação – Insurgência contra a r. sentença que julgou procedente a "ação cautelar de exibição de documentos" – Inadmissibilidade – Documento solicitado para ser entregue a terceiro – Necessidade de procuração específica – Ausência de comprovação de que a procuração com poderes especiais tenha acompanhado o requerimento encaminhado ao requerido – Inexistência de prova do pagamento do custo para a emissão da documentação pleiteada – Falta de interesse de agir configurada – Adoção da tese contida no REsp 1.349.453/MS, submetido ao procedimento do artigo 543-C do CPC/73 – Preliminar acolhida – Extinção do feito, com fundamento no artigo 485, inciso VI do CPC/15 – Recurso prejudicado. (TJSP; Apelação 1000833-37.2015.8.26.0596; Relator (a): Roque Antonio Mesquita de Oliveira; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Privado; Foro de Serrana - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 15/10/2017; Data de Registro: 15/10/2017).

APELAÇÃO. AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. PEDIDO DE EXIBIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO QUE EMBASA SUPOSTO DÉBITO. INEXISTÊNCIA DE REGULAR PEDIDO ADMINISTRATIVO. NOTIFICAÇÃO APRESENTADA INEFICAZ. SITUAÇÃO TÍPICA DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL, SEGUNDO A TESE SUFRAGADA NO JULGAMENTO DO RE Nº 631.240-MG PELO COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) E JULGAMENTO DO RESP Nº 1.349.453-MS DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ), AMBOS COM REPERCUSSÃO GERAL (ART. 543-C, DO CPC/1973). RECURSO IMPROVIDO. Julgado, pelo C. STF, o Recurso Extraordinário 631.240-MG, corroborado pelo C. STJ (RESP 1.349.453-MS), com repercussão geral, ficou expressa a instituição de condições para o regular exercício do direito de ação compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é exigida, porém, a comprovação do prévio pedido administrativo não atendido. No caso, a notificação apresentada pela parte autora é ineficaz para o fim de ser reconhecido seu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

interesse de agir, porque não atendeu exigências mínimas e que visam garantir sigilo e segurança das informações dos consumidores. Decorre, naturalmente, a falta de interesse processual da parte autora - TJSP- Apelação 1000188-69.2017.8.26.0037; Relator (a): Adilson de Araujo; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro de Araraquara - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 14/10/2017; Data de Registro: 14/10/2017).

Destarte, por falta de interesse de agir, indefiro a petição inicial e julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, com fulcro no art.485, I e VI, do NCPC.

Custas ex lege, observando-se a gratuidade concedida
Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 20 de outubro de 2017.